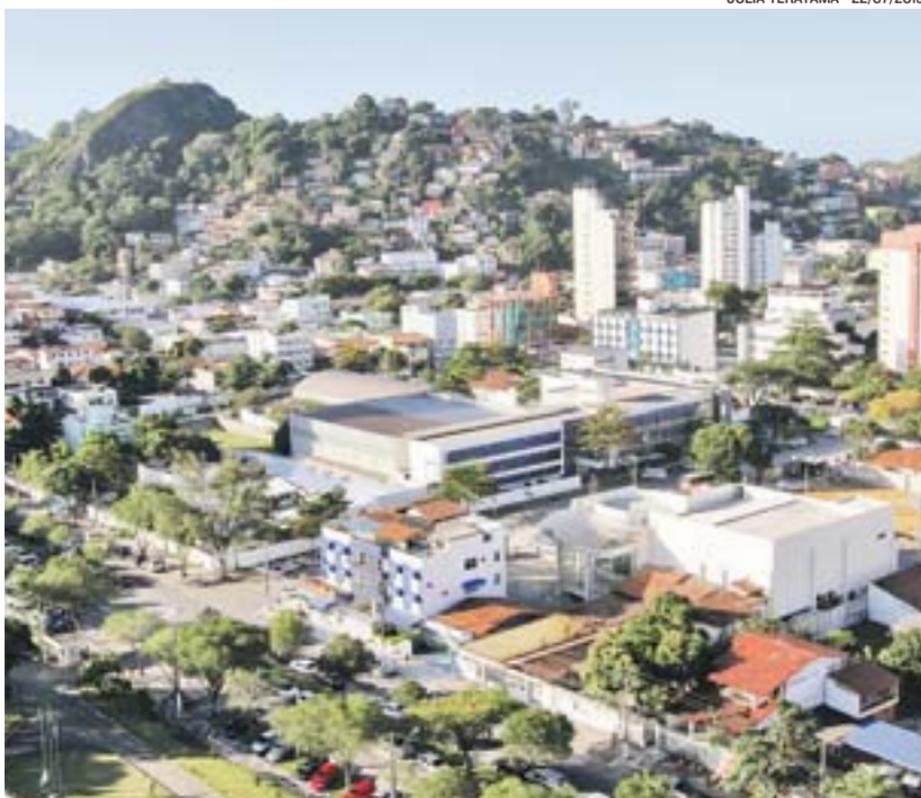


## Economia

JULIA TERAYAMA - 22/07/2013



**VITÓRIA** é uma das cidades onde famílias residem em terrenos de marinha

## TAXA DE MARINHA

# Quem ganha até R\$ 3.620 livre de dívida

**Projeto propõe que quem tem renda de até cinco salários mínimos tenha perdoada as dívidas com o pagamento das taxas**

**Marcos Rosetti**

BRASÍLIA

O projeto de Lei nº 5.627/2013, do Executivo, que trata sobre a legalização dos terrenos de marinha foi adiada para hoje. A proposta prevê parcelamento de débitos de marinha em até 60 parcelas mensais, mas para isso, os valores não podem estar inscritos em Dívida Ativa da União.

A sessão de votação das emendas do Projeto de Lei nº 5.627/2013, do Executivo, que trata sobre a legalização dos terrenos de marinha foi adiada para hoje.

A reunião da Comissão Especial de Terrenos de Marinha para debater e votar as emendas estava marcada para ontem, porém a votação não ocorreu.

Seriam votados 14 destaques, três

deles considerados importantes, pois afetam a receita da União. São elas as emendas 25, 30 e 31, todas do antigo relator do projeto, José Chaves (PTB). Pela importância destas três emendas, os parlamentares se reuniram para tentar costurar um acordo antes do início da sessão.

Mas com o início da ordem do dia no Congresso Nacional, mesmo com quórum suficiente, a votação foi adiada. As principais mudanças entre o projeto enviado pelo governo e o substitutivo do relator César Colnago (PSDB) está na redução de 60% na taxa de ocupação, que cai de 5% para 2%.

“A retirada das benfeitorias para cálculo do laudêmio e a extinção das dívidas de até R\$ 10 mil que estejam vencidas há cinco anos são grandes avanços”, afirma o relator.

No Espírito Santo estima-se que mais de 80 mil famílias sejam afetadas pela cobrança. Quando for aprovado pela Câmara, o projeto vai direto para o Senado.

Para a população carente e com renda mensal de até cinco salários mínimos (R\$ 3.620), o projeto prevê isenção dos débitos de marinha constituídos que não foram pagos, incluindo inscritos em dívida ativa.

## União abre caminho para manobra fiscal

Em meio às resistências da oposição e de setores da base aliada, o Palácio do Planalto conseguiu abrir caminho na noite de ontem para a votação final, no plenário do Congresso, da manobra fiscal adotada para fechar as contas deste ano.

Após cinco horas de uma votação tumultuada com direito a provoca-

ções, deputados e senadores analisaram 38 vetos presidenciais que tinham preferência na votação.

Com isso, o governo vai tentar votar hoje o projeto de lei que autoriza o governo a descumprir a meta de economia para pagamento de juros da dívida pública em 2014, o chamado superávit primário.